

- 
- 
- 
- 

Enquanto Presidente da CONFAGRI, recentemente empossado saúdo todos os presentes.

Permitam que as minhas primeiras palavras, sejam para recordar e prestar uma singela homenagem a uma figura maior do cooperativismo português e que, infelizmente, já não se encontra entre nós para celebrar este Dia Internacional das Cooperativas: o Comendador Fernando Mendonça, fundador e Presidente da CONFAGRI, ao longo de 25 anos.

O Comendador Fernando Mendonça deixou em todos que o conheceram, uma marca impressiva do seu carácter e da sua determinação, nas causas que abraçou ao longo da sua vida. E uma das causas que mais o motivou, foi precisamente o desenvolvimento do cooperativismo, tendo sido o timoneiro da obra ímpar, que foi realizada ao nível sector leiteiro.

O seu carácter e a sua obra, merecem a nossa homenagem e o nosso reconhecimento neste dia.

Coube-me a mim a difícil tarefa de lhe suceder, à frente dos destinos da Confederação. Espero fazer progredir a sua obra com igual empenho e determinação, contando para tal com o apoio de todos os que acreditam na capacidade do cooperativismo se

renovar, para melhor servir os cooperadores e a sociedade em geral.

Em segundo lugar quero saudar, e mais uma vez felicitar, o Crédito Agrícola, e os seus mais altos representantes aqui presentes, pelo Centenário que este ano estão a celebrar.

A longevidade do Crédito Agrícola Português, a sua solidez financeira e a sua enorme valia económica e social na sociedade portuguesa, tornam-no uma referência não só para o Cooperativismo, como para todo o Sector da Economia Social.

A mensagem da Aliança Cooperativa Internacional deste ano, chama-nos a atenção para a importância de envolver os jovens no movimento cooperativo e investir na sua futura liderança. Numa época tão difícil como a que atravessamos, faz todo o sentido este apelo! Há que promover as cooperativas junto dos mais jovens, enquanto um modelo de empresa que permite criar, ou dar dimensão e escala, aos negócios dos mais jovens, ou ainda, como oportunidade de emprego em empresas com elevados valores éticos e humanos, a que os jovens são particularmente sensíveis. No entanto, para levar a cabo esta tarefa não basta a vontade e da acção dos líderes cooperativos, são necessárias políticas públicas sensíveis a esta matéria, nomeadamente ao nível da educação, da formação profissional e do emprego.

Entende a CONFAGRI que paralelamente a esta renovação geracional, visando o reforço da capacidade técnica, de gestão e

de liderança das Cooperativas, impõe-se no nosso país uma renovação mais profunda e abrangente do nosso Sector, como condição para a sua revitalização.

Não podemos ignorar a difícil situação que atravessam muitas das Cooperativas dos mais diversos ramos, a qual é fruto:

- Da grave crise económica e financeira que atravessamos,
- Da ausência de políticas públicas que atendam à especificidade do sector,
- Da dificuldade de acesso ao financiamento e às linhas de apoio disponíveis, nomeadamente ao nível dos fundos estruturais,
- E também, da rigidez regulamentar do nosso modelo cooperativo.

A não consideração da especificidade e participação das Cooperativas na definição das políticas económicas e sociais e nos programas de apoio, implementados no nosso país, continua a discriminar o nosso Sector (violando aliás, disposições que se encontram consagradas na Constituição Portuguesa) e impede, em muitas circunstâncias, o acesso a fundos, essenciais para o nosso desenvolvimento.

A criação da Cooperativa António Sérgio para o Sector Cooperativo em 2010, de que a CONFAGRI é membro fundador, e do Conselho Nacional para a Economia Social em 2011, visou alterar esta situação, quer em relação ao Sector Cooperativo, quer em relação ao sector mais vasto da Economia Social.

Consideramos positivo, o trabalho iniciado nestas duas estruturas da economia social, e entendemos que o mesmo deverá ser prosseguido e aprofundado no imediato.

Já em relação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social – designado como PADES - lamentamos as limitações operacionais e financeiras que têm caracterizado a sua implementação, as quais têm vindo a reduzir drasticamente as expectativas inicialmente criadas sobre o Programa, do qual se esperava um apoio efectivo, devidamente adaptado e dimensionado, às necessidades prioritárias do sector da Economia Social em Portugal.

Num outro plano, devemos interrogar-nos se o Código Cooperativo e a Legislação Complementar em vigor, respondem aos desafios e exigências que hoje nos estão a ser colocadas. Pensamos que não, e que é nossa responsabilidade é ade agir!

Mantendo os nossos princípios e valores, os quais constituem o nosso património mais valioso e distintivo, há em nosso entender, que abrir novas possibilidades às Cooperativas, nomeadamente, no que respeita ao seu modelo de governação e de financiamento.

Neste sentido estamos a desenvolver um debate interno e de auscultação das nossas bases ao nível do sector agrícola, para em breve, apresentarmos as nossas propostas.

Estamos no início de um novo ciclo político.

A gravidade da nossa situação económica e financeira dominará toda a acção política. As repercussões a nível social desta situação terão de ser devidamente acompanhadas e minimizadas, com medidas que protejam as camadas mais

frágeis da nossa sociedade e que evitem situações de caos social como o que se assiste na Grécia.

As Organizações Cooperativas e da Economia Social, são um importante alicerce no apoio a muitas comunidades, tanto a nível económico como social. Deverão por isso ser apoiadas nesta fase, para continuarem a desempenhar o seu papel, que como já muitos reconhecem, nem o Estado nem entidades de outra natureza são capazes de assegurar.

Mas não é só no atenuar dos efeitos da crise que o Sector Cooperativo desempenha um papel importante! É também na superação da mesma, que se joga o seu papel. Para além do ramo do Crédito Agrícola, cuja importância já destaquei, existem muitas Cooperativas, nomeadamente no nosso ramo agrícola, que são motores de desenvolvimento económico dos sectores e das regiões em que estão implantadas. Elas asseguram os rendimentos dos agricultores, criam emprego e mais-valias pra a região, e muitas delas exportam, contribuindo para a diminuição do défice da nossa balança agro-alimentar.

Podemos citar alguns excelentes exemplos, ao nível do sector do vinho, do leite e do azeite. Esta capacidade do Sector Cooperativo Agrícola, pode e deve ser potenciada, pois contribui para o crescimento económico, de que tanto carecemos.

O discurso político, sobre o Sector da Economia Social, talvez por ser um conceito ainda recente no nosso país, tende por vezes, a referir-se em exclusivo, a actividades de solidariedade e apoio social, omitindo a componente económica da Economia Social, que é protagonizada pelas Cooperativas. É algo a que temos que

estar muito atentos, e de forma continuada e persistente alertar e corrigir!

O Cooperativismo é uma das matrizes essenciais da Economia Social, e seria muito grave que prática política no nosso país, assim não o considerasse.

Finalmente, gostaria de assinalar que pela primeira vez, um Programa de Governo, propõe-se de forma explícita: “ estudar a eventualidade da participação das Entidades da Economia Social na Comissão Permanente da Concertação Social ”. Esta é uma nossa reivindicação desde há muito. Seria um passo justo e determinante para garantir a paridade de tratamento do nosso sector.

E com esta nota positiva, termino a minha intervenção, reafirmando a vontade e a determinação da CONFAGRI em revitalizar o Sector Cooperativo, em colaboração com todos aqueles que conosco partilham este mesmo objectivo.

Muito Obrigado a todos!